

Roney e a Constituição

7 AGO 1928

Há muitos anos, quase três décadas, os jornais publicaram a foto de uma índia, depenurada de cabeça para baixo, momentos antes de ser retalhada, a facção, por dois bandoleiros, de um grupo contratado para dizimar uma aldeia Cinta-larga. Os bandi-dos, muito sorridentes na foto, desapareceram e os seringalistas, responsáveis pelo ataque, não foram punidos, como é da tradi-ção.

A Constituiç-ao de 46, então vigente, colo-cava os índios sob a tutela do Estado e os considerava crianças. Não era uma prote-ção muito eficiente, como não é, ainda hoje, a dispensada aos bebês brasileiros, que surgem em todos os cantos, seqüestrados, adotados etc. De qualquer forma, a destrui-ção dos Cintas-largas aparecem como um genocídio e houve até certa indignação pú-blica.

A futura Constituição, a dos miseráveis, segundo o presidente Ulysses Guimarães, ou a dos sonegadores, na opinião pública, tem, entre seus principais méritos, o de ha-ver avançado, com vigor, na defesa dos di-reitos humanos. O habeas data, por exem-ple, é notável, pois uma das características dos últimos anos foi a leviandade com que aceitaram denúncias e acusações. O cida-dão terá, com essa instituição, como se de-fender dos malevolentes, o que é muito im-portante.

Integrante da Mesa da Constituinte, o se-nador Mário Maia (PDT-AC) é dos mais fel-izes com esse avanço. Testemunha e víti-ma do período revolucionário, quando

“muitos sofreram os horrores da opressão e eram usados métodos condenáveis para extorquir confissões”, tem mais presente a consciência de que, como disse John Dojne, o que acontece a qualquer homem ofende a todos os outros. Ele sabe, melhor do que muitos, por quem os sinos dobram.

Com essa sensibilidade exibiu anteon-tem, da tribuna do Senado, a Gazeta do Acre com a foto de Ronaleudo Andrade de Messias, 18, o “Roney”, depenurado, co-mo a índia, dentro de uma delegacia de Rio Branco. Colocado no pau-de-arara para confessar seus roubos, uma televisão, rádio portátil, coisas do gênero, tinha, enquanto chorava de dor, os olhos molhados com água de sabão para que as lágrimas fossem mais ardentes.

Médico, romancista e poeta, Mário Maia fez a denúncia sem adjetivos, sem senti-mentalismos, acrescentando ser delicado o estado de Roney. Como político, acentuou que a tortura é método comum nas delega-cias locais e solicitou informações ao incli-to Ministro da Justiça, que preside o ilustre Conselho de Defesa dos Direitos Humanos de conspícuos conselheiros.

Pena que nenhum outro senador tenha aparteado seu pronunciamento ou mostra-do interesse pela foto. Estavam todos preo-cupados em acelerar a votação da Nova Constituição, aprovando, no mesmo dia, capítulo em que consta o seguinte inciso: “É assegurado aos presos o respeito à inte-gridade física e moral”.